

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE
VISTORIA A TERRENOS PARA
CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO
DE CEMITÉRIOS

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

1. Apresentação

O Artigo 1º do Decreto n.º 44220, de 3 de março de 1962, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 168/2006, de 16 de agosto, estabelece que a escolha de terrenos para a construção ou ampliação de cemitérios deve ser precedida de uma vistoria nos casos em que esses terrenos se situem em área que, nos termos de Plano de Urbanização (PU) ou Plano de Pormenor (PP) em vigor, não esteja afeta ao uso proposto.

Nestes casos, a vistoria é efetuada por uma Comissão constituída pelo Presidente da Câmara Municipal ou Junta de Freguesia ou seu representante, pelo Presidente da CCDR ou técnico que o substitua e pelo Subdelegado, Delegado ou Inspetor de Saúde.

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação destes processos.

Esta norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Decreto n.º 44220**, de 3 de março de 1962, na redação do **Decreto-Lei n.º 168/2006**, de 16 de agosto.
- **Portaria n.º 314/2010**, de 14 de junho (taxas).

3. Tramitação dos processos

Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos de vistoria a terrenos para construção ou

ampliação de cemitérios. A numeração adotada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<p>Decreto n.º 44220, na redação do DL n.º 168/2006</p>	<p>1. Pedido de vistoria</p> <p>1.1. A Câmara Municipal (CM) – ou a Junta de Freguesia (JF) – submete à CCDR o processo para a escolha de terreno destinado à construção, ampliação ou remodelação do cemitério, sempre que este não se encontre previsto em PU ou PP (<i>artigo 1º do Decreto n.º 44220, na redação do DL 168/2006</i>).</p> <p>Nota:</p> <p>1. A Comissão de vistoria integra:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Presidente da CM ou da JF ou seu representante; - O Presidente da CCDRC ou representante que o substitua; - O Subdelegado, Delegado ou Inspetor de Saúde.
<p>Decreto n.º 44220, na redação do DL n.º 168/2006</p> <p>DL n.º 124/2019-RJREN</p> <p>Portaria n.º 314/2010</p>	<p>2. Vistoria</p> <p>2.1. A CCDRC regista a entrada do pedido.</p> <p>2.2. A CCDRC designa o seu representante na Comissão de vistoria, verifica a instrução do processo solicitando elementos que se mostrem necessários para a sua apreciação, calcula a taxa e remete a guia de pagamento à CM ou à JF (<i>Portaria n.º 314/2010, Anexo – Item V</i>).</p> <p>Nota:</p> <p>Caso as intervenções a levar a efeito abranjam áreas de REN, o pedido necessita de ser analisado ao abrigo do artigo 21.º do Regime Jurídico da REN (DL n.º 124/2019, de 28 de agosto) devendo ser solicitados os elementos instrutórios constantes do modelo de requerimento CCDRC/DSOT/DGT - 4/2018_RIP</p> <p>2.3. A CM – ou a JF – envia os elementos solicitados, quando</p>

aplicável, paga a taxa e remete o comprovativo do pagamento à CCDRC.

Nota: O pagamento é efetuado da seguinte forma:

- Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;
- Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:
 - Multibanco (preferencialmente);
 - Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDR;
 - Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.

[Decreto n.º 44220,](#)

[na redação do](#)

[DL n.º 168/2006](#)

[Portaria n.º 314/2010](#)

2.4. A CCDRC agenda a data da vistoria comunicando à CM ou JF.

2.5. O representante da CCDRC participa na vistoria conjunta e elabora o respetivo auto de vistoria.

Nota:

- i) Do auto de vistoria devem constar, obrigatoriamente, sobre o terreno em causa, a configuração geográfica (levantamento topográfico georreferenciado), a área, as confrontações, os acessos, a natureza e composição, a topografia e as condições de drenagem e de escavação até 2m de profundidade e, bem assim, a sua comparação com outros terrenos das redondezas que possam servir para os fins desejados (*artigo 3.º do Decreto n.º 44220*).

2.6. A CCDRC remete o auto de vistoria à CM – ou à JF – para recolha das assinaturas dos representantes das entidades intervenientes na vistoria.

2.7. A CM – ou a JF devolve à CCDRC o auto de vistoria devidamente assinado.

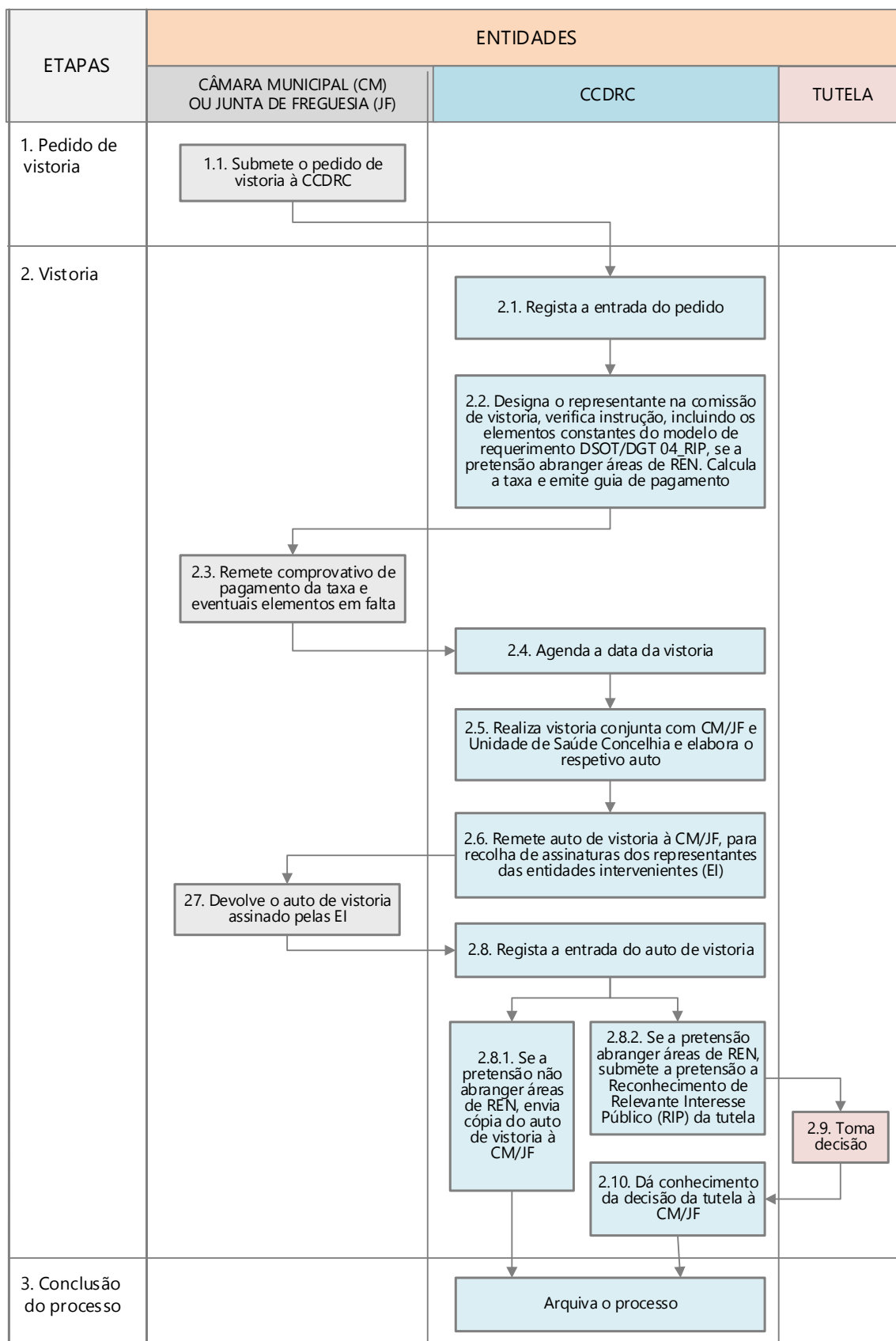
2.8. A CCDR regista a entrada do auto de vistoria remetido pela CM - ou JF:

2.8.1. Enviando cópia do mesmo à CM – ou à JF, no caso de a pretensão não abranger áreas de REN.

2.8.2. Submetendo a pretensão a RIP à tutela.

	<p>2.9. A tutela toma decisão, se aplicável.</p> <p>2.10. A CCDRC dá conhecimento da decisão da tutela à CM – ou à JF.</p> <p>3. Conclusão do processo</p> <p>3.1. Arquiva processo em 2.8.1 ou 2.10</p>
--	---

4. Fluxograma da Tramitação





5. Modelo de requerimento disponível no portal da CCDRC em:

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / Cemitérios (Modelo CCDRC DSOT/DGT - 5/2019)